

**À Prefeitura do Município de Vacaria/RS/
Recurso referente à Tomada de Preços nº 18/2015**

RECURSO - TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2015

Ilustríssimos membros da Comissão de Licitações da Prefeitura de Vacaria

**Referente:
Tomada de Preços nº 18/2015**

OURIQUE ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA, com sede na Rua Eurípedes Aurélio da Silva, nº 500, Bairro Eunice, CEP: 94920-250, Cachoeirinha – R/S, inscrita no CNPJ sob o nº 07.626.726/0001-83, neste ato representado por seu sócio presidente Eng. Leandro de Ávila Ourique, vem solicitar:

Dos fatos:

A ata de nº 06/2015 referente ao processo de Tomada de Preços nº 18/2015 aponta a desclassificação de três empresas concorrentes do certame (MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA; OURIQUE ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA e TECNOELETRO DELLA VECCHIA LTDA); devido a erros nas propostas apresentados oriundos de incorretas multiplicações entre os valores unitários e as quantidades. Após a conferência da planilha de preços que apresentamos, constatamos que realmente há erro de multiplicação entre os valores unitários que apresentados com as quantidades. No entanto, entendemos ser esse um erro de pequeno porte cujo o saneamento não fere a lisura do processo licitatório. Dessa forma, segue as razões que fundamentam nossa posição e o nosso pedido.



Das razões:

Marçal Justen Filho¹ afirma que erros materiais de cálculos e equívocos quanto à transposição de informações em planilhas não ofendem a legalidade do processo licitatório tendo em vista que não são de gravidade excessiva. Dessa forma, o princípio da razoabilidade assegura a garantia de uma proposta mais vantajosa para a Administração pública e a observância da ampla concorrência.

O parágrafo 3º do art. 43 da lei 8.666, de 21 de julho de 1993, disciplina a possibilidade da "Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a **esclarecer ou a complementar a instrução do processo**, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta" (grifo nosso). O desembargador Marcelo Bandeira Pereira² esclarece que tal procedimento é um saneamento da proposta, ou seja, o procedimento adotado para eliminar os vícios e irregularidades. Cabe lembrar que estabelecendo um paralelo com o direito processual civil, o saneamento é possível em casos de erro material, ou seja, aqueles que não afetam a substância do processo, mas são equívocos nos quais não há má-fé e podem ser esclarecidos.

A jurisprudência contém exemplos diversos de casos em que a justiça decidiu contra o excesso de formalismo nos processos licitatórios, baseando-se na concepção de que a licitação busca garantir a competição entre diversas empresas e a contratação de proposta mais vantajosa para a Administração Pública. Nesse sentido, o desembargador Carlos Eduardo Zietlow Duro afirma que o "tipo de licitação menor preço deve proporcionar a obtenção da proposta com melhor vantagem econômica à Administração, fator que prepondera sobre formalidades excessivas, passíveis de serem supridas"³. O desembargador supracitado fundamenta sua posição com base no princípio da razoabilidade afirmando que valores inexecutáveis são meras irregularidades incapazes de alterarem o processo licitatório, pois não implicam em prejuízo ao licitador.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 15ª ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 615.

² TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Agravo de instrumento nº 70059251611**. Vigésima primeira Câmara Cível. Relator Marcelo Bandeira Pereira. Julgado em 11/06/2014.

³ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Apelação cível nº 70058912445**. Vigésima Segunda Câmara Cível. Relator Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 18/03/2014.



Destacamos também processo julgado pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul no qual o formalismo excessivo foi relativizado em detrimento ao interesse da Administração Pública e da empresa participante do certame. Importante destacar que o fato do erro material poder ser solucionado de pronto sem prejuízo algum à Administração Pública é um fato a ser levado em consideração. Segue abaixo a ementa dessa decisão (grifo nosso):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. INABILITAÇÃO. EXCESSO DE FORMALISMO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. COTAÇÃO DE HORA INTERVALALAR E/OU INTERJORNADA. Apesar da formalidade que permeia o processo licitatório, não se mostra razoável que mera irregularidade - cotação de adicional de hora interjornada e/ou intervalar na planilha de custos - seja suficiente para excluir do certame a empresa licitada, **uma vez que pode ser ela sanada de pronto, sem prejuízo algum a administração. O formalismo exacerbado pode gerar danos não só ao Estado como a empresa licitada, razão porque, o princípio do procedimento formal merece ser relativizado.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70057765380, Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sergio Luiz Grassi Beck, Julgado em 27/02/2014).

Do pedido:

Solicitamos a abertura de período para o saneamento da proposta apresentada pela empresa OURIQUE ELETRICIDADE E CONSTRUÇÕES LTDA. Esse saneamento consiste em oportunizar somente a correção dos cálculos, mantendo-se o preço total da proposta. Conforme supracitado, tal saneamento abrange um erro material e a sua execução traz benefícios para a livre concorrência e para a Administração Pública. Destarte, salientamos que diversos preços apresentados pela empresa MICROCABLE SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES E ENERGIA LTDA estão abaixo do preço de mercado fato que oferece risco de tornar a obra inexecutável, trazendo transtornos à Administração Pública.

Vacaria, 19 de janeiro 2016.
2016.

Atenciosamente,
Engº Leandro de Ávila Ourique
Sócio Presidente
CREA RS171669
Ourique Eletricidade e Construções Ltda.